

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Para declarar voto contrário da bancada do Novo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Registrado o voto contrário da bancada do Novo ao projeto.

O SR. RODRIGO MORAES - DEM – PARA COMUNICAÇÃO - Quero fazer um agradecimento a esta Casa, à liderança do Governo, aos líderes partidários.

Recebi muitas ligações de apoio. Até a deputada Monica também - quero lhe agradecer -, sempre preocupada com o nosso projeto, apoiando. O deputado Campos nos ligou, a deputada Leci Brandão e todas as bancadas que permitiram que nós pudéssemos, no dia de hoje, uma luta de mais de seis meses, aprovar esse projeto, que vai ao encontro de uma grande necessidade que é apoiar os guias de turismo, uma profissão que hoje, devido à pandemia, tem sofrido muito.

A gente sabe que o turismo deixou, neste período de pandemia, de existir. E essas pessoas que exercem essa atividade, infelizmente, ficaram sem receita. Essa ajuda do Governo do Estado, através desta Casa, dos deputados que nos ajudaram a construir e aprovar esse projeto no dia de hoje, vai proporcionar que possam realmente levar alimento para casa e passar esse período de muita dificuldade que eles têm enfrentado. Não é uma situação de grande benefício, mas é uma situação razoável, em que eles vão poder tocar um pouco mais até o turismo após esta pandemia, voltar realmente às suas atividades.

Então quero agradecer a esta Casa, agradecer a todos os deputados. Parabéns a todos os guias de turismo pela luta, pela persistência. Está aí o projeto aprovado. É uma vitória desta Casa e de todos os guias de turismo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 22 horas.

\*\*\*

- É inserido texto não lido em plenário.

\*\*\*

Declaração escrita de voto

À Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Venho por meio desta declarar voto contrário ao Projeto de lei nº 311/2020, que autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos para atenuar os efeitos da situação de calamidade decorrente da Covid-19 para os guias de turismo do Estado.

Atenciosamente,

Arthur do Val

Deputado estadual – Patriota

## 28 DE OUTUBRO DE 2020 82ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e JANAINA PASCHOAL

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Cumprimento o deputado Sargento Neri pelo aniversário. Discorre sobre a proibição de vendas de produtos não hortifrutigranjeiros em estradas. Pede esclarecimentos ao Departamento de Estradas de Rodagem. Defende a comercialização de diferentes itens nas adjacências de rodovias. Clama ao Ministério Público por entendimento solidário em prol dos vendedores.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Parabeniza o deputado Sargento Neri pelo aniversário.

4 - CORONEL NISHIKAWA

Parabeniza e agradece aos servidores públicos do Estado. Exalta o trabalho das forças policiais de São Paulo. Discorre sobre o papel dos parlamentares. Afirma que defende a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

5 - CARLOS GIANNAZI

Cumprimento todos os servidores públicos do Brasil. Lamenta a desvalorização dos trabalhadores. Crítica a LC 173/20. Repudia a Reforma da Previdência, aprovada nesta Casa. Pede apoio para aprovação do PDL 22/20. Manifesta-se contra a PEC 32, em trâmite no Congresso Nacional.

6 - CARLOS CEZAR

Comemora a aprovação do PL 646/20, que zera o ICMS de medicamento de uso infantil contra a atrofia muscular espinhal. Cita a importância do diagnóstico precoce para o tratamento. Agradece à deputada Janaina Paschoal por expor a preocupação com os funcionários da EMTU. Comenta reunião com o secretário de Transportes, Alexandre Baldy, sobre o assunto. Menciona interesse para implementação de "Uber de ônibus" em São Paulo. Defende a liberdade de mercado. Parabeniza os servidores públicos.

7 - MAJOR MECCA

Discorre sobre visita à família de policial militar, que mudara de residência em razão de ameaça do crime organizado. Alega terem sido registradas mais de 140 denúncias por ameaças a policiais em 2020. Tece críticas à atuação do governador João Dória em relação à Segurança Pública. Repudia entrevista da autoridade à rádio Jovem Pan. Comenta o aumento de alíquota de ICMS de produtos da cesta básica, decorrente do PL 529/20.

8 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

9 - CORONEL TELHADA

Saúda os municípios aniversariantes. Parabeniza os servidores públicos pelo dia de hoje. Informa serem comemorados também o Dia da Engenharia da Aeronáutica e Dia Mundial do Judô. Apresenta fotos de apreensão de 133 quilos de maconha pela Polícia Militar, em Guararapes, no final de semana. Informa que, por decisão judicial, os suspeitos foram liberados. Tece críticas ao veredito do juiz Marclio Moreira de Castro. Afirma que a sentença foi reformulada e os indivíduos foram presos no dia seguinte. Lembra a soltura do traficante André do Rap.

10 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o Decreto 10.530/20, do governo federal. Rebate as justificativas para o que considerou tentativa de privatização do SUS. Afirma que o PSOL já protocolou PDL para revogar o documento. Exalta o trabalho realizado pelo SUS. Clama por envio de mais recursos ao sistema. Lembra os números de mortos pela pandemia de Covid-19, no Brasil. Tece críticas à atuação do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Considera que o presidente Jair Bolsonaro trabalha em função dos interesses dos Estados Unidos. Comenta participação popular no Chile.

11 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

12 - JANAINA PASCHOAL

Elogia o trabalho feito pelo SUS. Afirma que o decreto assinado pelo presidente não deixa claro o plano para as parcerias público-privadas. Pede esclarecimentos do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e do ministro da Economia, Paulo Guedes. Alega ser impossível privatizar o SUS por meio de decreto. Comenta o recebimento de pedidos para apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual. Pede para que a população procure os parlamentares de acordo com as suas pautas. Informa realização de audiência pública, no dia 09/11, para tratar da adoção de bebês. Ressalta que os interessados em

participar devem entrar em contato com o seu gabinete para envio do link.

13 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Elogia a deputada Janaina Paschoal.

14 - JANAINA PASCHOAL

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente nesta data, dia 28 de outubro de 2020.

Iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes deputados inscritos. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., os colegas presentes - tem até um aniversário, o deputado Neri é aniversariante hoje, não é isso, deputado? Parabéns! -, as pessoas que nós acompanham.

Eu queria noticiar que nós estamos fazendo reuniões contínuas, tanto o meu gabinete como o gabinete da deputada Leticia Aguiar e o do deputado Sergio Victor, para acompanhar a situação das pessoas que trabalham vendendo seus produtos na beira das estradas. Houve uma mudança de política no DER. Várias pessoas receberam notificação para pararem de exercer suas atividades em virtude de uma legislação muito antiga que prevê que apenas hortifrutigranjeiros poderiam ser vendidos nas estradas.

Nós ofícios do DER, ofícios também a secretaria competente, solicitando esclarecimentos. Houve uma reunião já há um tempo, online. A secretária que está à frente da pasta competente explicou que essa mudança de política se deveu a uma ação do Ministério Público - na verdade, uma ação civil pública do Ministério Público. Nós fizemos uma reunião semana passada. Na verdade, formou-se um grupo, então houve uma discussão, vamos dizer assim, no grupo, na semana passada. Haverá uma reunião amanhã.

Hoje eu recebi, porque nós tínhamos pedido a documentação ministerial para compreender... Os documentos que eu recebi, na verdade, não foram bem uma notificação ao DER para mudar a política. Foi uma denúncia que teria chegado referente a dois funcionários que, ao ver do Ministério Público, não teriam cumprido as suas obrigações porque permitiram que determinados comerciantes seguissem trabalhando, apesar de a lei prever apenas hortifrutis como produtos passíveis de serem vendidos.

Eu, pelo que vi, vi que foi um caso isolado e não uma determinação de mudança de política, mas até compreendo que o órgão se sinta, vamos dizer assim, estimulado a mudar a política na medida em que seu funcionário é questionado. Obviamente, vamos fazer contato. Amanhã tenho outra reunião agendada para tratar dessa pauta. Vou buscar entender por que um caso isolado se transformou em uma situação coletiva, porque isso está impactando muitas famílias, muitos trabalhadores. Mas aqui, muito respeitosamente, se eventualmente esse caso isolado representar efetivamente a visão do Ministério Público de que essas pessoas não podem seguir trabalhando, aí já faço um pleito não só para a secretaria, não só para o governador, porque fiz isso na penúltima reunião que ele participou conosco aqui na Casa, mas também ao Ministério Público, que olhe para essa situação de maneira menos formal e mais substancial, porque são pessoas que trabalham há anos, algumas há décadas, vendendo seus produtos artesanais.

Muitas vezes não é a goiaba, é a goiabada, mas são produtos regionais, muitos têm a ver com a cultura local, então fica aqui quase um primeiro pleito. Depois de entender melhor os detalhes da situação, talvez eu até oficie o procurador-geral, mas um pleito de um olhar, vamos dizer assim, solidário para com esses trabalhadores, porque realmente é uma legislação antiga.

Tramita na Casa um projeto de lei de autoria do deputado Sergio Victor e eu, ao lado da deputada Leticia, consegui que vários colegas assinassem um pedido de trâmite com urgência para que nós, vamos dizer assim, autorizemos legislativamente que essas pessoas sigam trabalhando. Porém, todo trâmite legislativo leva tempo, e o que eu tenho a pedir às autoridades competentes - e agora, na medida em que recebi a documentação do Ministério Público, também ao Ministério Público -, é que permitam que essas pessoas sigam trabalhando.

São pessoas que vendem produtos lícitos, produtos relacionados à cultura local, que não estão atrapalhando ninguém. Não houve nenhuma observação em termos de segurança, seja para as próprias pessoas, seja para os demais. Já faz parte da nossa cultura essas compras e vendas à beira das estradas, então é um pleito de humanidade enquanto nós trabalhamos para que essa lei evolua aqui dentro da Casa.

Estes últimos segundos usarei para agradecer ao deputado Carlos Cezar, que, atendendo a um pedido meu - na verdade não meu como pessoa, mas como representante da população, um pleito coletivo -, hoje realizou uma importante reunião. Quando chegar a vez dele, ele vai trazer os detalhes para todos nós.

Então, obrigada, colega. Eu acredito de verdade que nós temos que trabalhar aqui dentro fazendo redes, trabalhando apoiando os colegas nas suas competências, nas suas causas para que as muitas boas causas para a população evoluam.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputada. Próximo deputado é o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. Fará uso da palavra, deputado? Parabéns pelo aniversário, Sargento Neri, completando aniversário hoje. Saúde, Deus o abençoe.

Deputado Maurici. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. Fará uso da palavra? Então V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, Sr. Presidente, colegas deputados. Na verdade, hoje eu subi aqui só para agradecer aos nossos companheiros funcionários públicos. Sem funcionário público o Estado não roda. Por mais que se fale mal de funcionário público, são eles que carregam o Estado nas costas. O governador passa. Vem um, vai, vem outro, vai, mas o funcionário público fica. Aqueles que são dedicados - eu vou falar da nossa corporação, Sr. Presidente -, que se dedicam dia a dia, 24 horas por dia, principalmente na hora em que a população precisa.

Entrou em greve o Metrô. O que é utilizado para poder fazer o metrô andar? Ou o Corpo de Bombeiros, ou os policiais militares. Greve na Saúde, greve de professores, para tudo é utilizada a Polícia Militar ou o Corpo de Bombeiros. Então, tenho o maior orgulho de pertencer a nossa corporação.

Eu diria que, quando a gente assume o papel de parlamentar aqui, o maior papel é de proteger a instituição, estou aqui para isso. Se tem alguém que dúvida disso, quero que me prove que não luto pela instituição. E digo mais ainda: comandantes

passam, governadores passam, a instituição fica; a instituição Estado, a instituição Polícia Militar, a instituição Corpo de Bombeiros. Então, para mim pouco importa quem está no comando, o mais importante é mantermos a instituição, que é perene.

Desde o início da civilização existe polícia. Infelizmente o ser humano tem que ser controlado para que possa conviver em paz, isso é o papel que a polícia exerce. Na rua, quando existe hoje um acidente, seja bandido, seja lá quem for, o bombeiro está lá para socorrer. Muitas vezes nós socorremos bandido para colocar dentro do hospital para que ele possa sobreviver. Muitos dizem que cada um tem uma tarefa determinada; o Corpo de Bombeiros tem sua tarefa, e estamos aqui para defendê-la, a instituição.

Era isso o que eu tinha para dizer, Sr. Presidente, nosso colega e amigo Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Próximo deputado, Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, quero cumprimentar todas as servidoras e servidores públicos do Brasil, responsáveis pela materialização das políticas públicas e sociais do Estado Brasileiro. Sobre tudo, são pessoas que atendem a população na ponta, nas escolas públicas, nos hospitais públicos, na Assistência Social, na Segurança Pública, no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, na Defensoria Pública.

São estes servidores os responsáveis pela efetivação do Estado Democrático de Direito do Brasil, pelos direitos consagrados na Constituição Federal. No entanto, os servidores públicos são criminalizados no Brasil, são satanizados pelos governos, pelo mercado, pelos grandes empresários, pela mídia, pela Assembleia Legislativa, que aprovou vários projetos atacando os servidores.

Começo primeiro, nós posso deixar aqui de registrar, pela Lei Complementar 173, que o Bolsonaro aprovou no Congresso Nacional, que congelou a evolução funcional, os reajustes, a reposição das perdas inflacionárias para todos os servidores, quinquênio, sexta-parce, licença-prêmio, tudo congelado. Um confisco de direitos trabalhistas dos trabalhadores brasileiros servidores públicos, um verdadeiro ataque, Sr. Presidente.

Então, eu acho que o Bolsonaro não vai ter moral para parabenizar os servidores públicos do Brasil, porque ele ataca sistematicamente os direitos, confiscando salários e direitos. A reforma administrativa, a PEC 32, já em trâmite no Congresso Nacional, também ataca ferozmente, selvagemmente os servidores públicos do Brasil, os serviços públicos. É o fim do concurso público, é o fim da estabilidade. Essa é a PEC 32, do Bolsonaro.

Aqui em São Paulo, o "Bolsodoria", nem se fala. Primeiro, fez a reforma da Previdência, que foi aprovada com a cumplicidade da Assembleia Legislativa, confiscando salários dos servidores e confiscando direitos previdenciários. Isso é grave. Eu não sei como um deputado que votou a favor da reforma da Previdência tem coragem de vir aqui à tribuna e elogiar os servidores.

É muita hipocrisia, na minha opinião, um deputado que votou a favor do PL 529, que confiscou salários também, porque aumenta a alíquota de contribuição do Iampse. É um confisco salarial. Tem deputado que aprova todos esses projetos do PSDB e ainda vem elogiar aqui os servidores públicos. É muita hipocrisia, Sr. Presidente.

Deputado que não se manifesta contra e não ajuda na aprovação do nosso PDL 22, que revoga o malfadado e nefasto decreto do Doria, que confisca as aposentadorias e as pensões de servidores que já deram a sua contribuição e que ganham de 1.050 a 6.000 reais. Os que estão abaixo do teto do INSS estão sendo, agora, taxados pelo Doria.

É a reforma da Previdência, a que os deputados votaram a favor. Eu votei contra, o deputado Telhada votou contra, também, à reforma da Previdência, porque nós sabíamos dos efeitos perversos do confisco que ela representava, representa e representará mais à frente, retirando mais direitos previdenciários.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui homenagear os servidores, as servidoras, mas dizer que hoje é um dia de luta, de resistência, de denúncia, porque nós temos que enfrentar a reforma administrativa do Bolsonaro, que vai atacar os servidores em todo o Brasil. Nós temos que reverter e anular o decreto do Doria, que está confiscando os proventos dos aposentados e pensionistas do estado de São Paulo.

Nós temos que derrotar e revogar a Lei Complementar no 173, do Bolsonaro, que também confisca salários e conquistas dos trabalhadores do serviço público. Nós temos que derrotar a PEC 32, também, no Congresso Nacional. Essas são as lutas dos servidores públicos no Brasil. Então, seria interessante que os deputados que porventura fizerem homenagens aos servidores, se comprometam também com essas lutas, porque senão é pura hipocrisia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Próximo deputado, deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando da Silva. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguiz. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, público que nos acompanha pela Rede Aleps, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente eu quero falar da importância do projeto que nós votamos ontem, o 646, de 2020, que isenta do ICMS ou zera o ICMS do medicamento mais caro do mundo, que é o Zolgensma.

É um medicamento que cuida de crianças com Ame, que é atrofia muscular espinhal, uma doença que vem de um gene e faz com que a criança perca as forças. Ela vai perdendo as forças musculares, como andar, falar e, por fim, até respirar, indo a óbito. Esse medicamento tem que ser prescrito até os dois anos de idade. Portanto, é uma guerra contra o tempo, uma luta contra o tempo.

Se não for diagnosticado precocemente, a família terá menos tempo para fazer vacininhas ou angariar os recursos. Hoje, esse medicamento mais caro do mundo custa cerca de 11 milhões de reais, ou seja, dois milhões de dólares. Só nos Estados Unidos é que é produzido esse medicamento e, apenas de ICMS, ele chegava aqui com cerca de dois milhões de reais. Foi um grande avanço, um passo que nós demos ontem. E agora tem um projeto aqui também tramitando na Casa que trata do diagnóstico precoce, já no teste do pezinho, que pode ser identificado e vai ajudar as famílias a lutar pela sobrevivência dos seus filhos.

Quero também, Sr. Presidente, agradecer aqui, e muito, à deputada Janaina Paschoal, que havia me colocado uma situação, uma preocupação com os funcionários. Hoje é Dia do Servidor Público, e eu quero aqui parabenizar todos os servidores públicos, sejam municipais, sejam estaduais ou no âmbito federal. Sintam-se cumprimentados.

Havia uma preocupação quanto àqueles que, hoje, estão lotados na EMTU, àqueles que servem, que trabalham. Na verdade, a gente fala de servidor público, mas são trabalhadores públicos que trabalham na EMTU. E há uma preocupação deles, já que nós votamos a autorização para a extinção dessa empresa pública.

Eu estive reunido, a pedido da deputada Janaina Paschoal, hoje, com o secretário Alexandre Baldy, para tratar dessa questão. Ele pediu, deputada, que transmitisse aos funcionários

que os tranquilizasse, porque a Assembleia autorizou que eles pudessem fazer o estudo. Então, ainda não há nada definitivo.

Nós autorizamos aqui um estudo de 180 dias, que pode ser em até 180 dias, prorrogáveis, mas que ele não acredita que, nestes próximos anos, isso aconteça efetivamente. Então, para transmitir aos funcionários da EMTU que fiquem tranquilos, que nada será feito no atropelo.

Há um versículo na Bíblia, que está no Livro de Matheus, Capítulo 6, Versículo 34, que diz assim: "não vos inquieteis com o dia do amanhã; basta a cada dia o seu próprio mal". Então, para que esses funcionários possam ficar tranquilos, neste momento eles estão todos seguros. Ainda há um tempo para fazer um estudo, e nada será feito de forma abrupta e muito menos a se prejudicar os funcionários.

Também, ainda nessa reunião, nós tratamos de uma questão trazida pela deputada Janaina Paschoal e o deputado Sergio Victor, que é a questão que hoje está colocada dos ônibus que funcionam como um tipo de Uber para ônibus. Ao falar com o Alexandre Baldy, ele colocou para nós que essa competência da Artesp é com o João Otaviano, que é o secretário de Transportes.

Nós vamos fazer gestões junto à Comissão de Assuntos Metropolitanos. Eu tenho a alegria de ser o presidente dessa comissão. É nessa condição de presidente que eu fui falar com ele para que nós possamos trazer esse debate aqui. O secretário Alexandre Baldy se mostrou bastante favorável.

Eu penso que essa é uma tendência. Nós vivemos num mundo onde as coisas acontecem de forma célere. Se nós pensarmos, pouco mais de 10 anos atrás, em 2008, saiu o primeiro Iphone. Parece que faz tanto tempo, mas faz pouco mais de 12 anos que saiu o primeiro Iphone. Então hoje é uma realidade totalmente diversa daquilo que tínhamos há 10 anos.

Então, pensar que nós, daqui a cinco anos, quatro anos, estaremos nesta realidade é algo totalmente absurdo, porque nós temos que enfrentar essa modernidade: as pessoas que querem ter um transporte com mais qualidade, com ar condicionado, sendo servidos. É claro que ela pode pagar por isso, e ela vai ter isso. A empresa fala: "Mas nós temos uma burocracia, nós pagamos taxa para chegar à rodoviária. Nós não paramos em qualquer lugar. Nós temos gratuidade, nós temos isso, temos aquilo".

É o momento de o Poder Público enfrentar essas questões, assim como já foi enfrentado com a questão dos taxistas e com o Uber. Isso se resolveu, se achou um consenso. É isso que nós vamos buscar: esse entendimento, para que essa realidade exista e o mercado possa se adequar.

Quando a gente fala de shopping center, nós temos uma loja atrás da outra, uma loja ao lado da outra. Todas conseguem vender. Umás atingem um público classe A, a outra classe B, E, ou seja, temos para todos os gostos. Se a pessoa quer conforto, ela vai pagar. Se ela quer comer na praça de alimentação, ela come na praça de alimentação. Se ela quer um restaurante mais refinado, ela come ali.

É a mesma coisa: é o mercado que vai se adequar. Está um ao lado do outro, mas tem espaço para todos. Eu penso que hoje é tempo de nós enfrentarmos, porque há espaço, sim, para que esses ônibus, que são colocados como um Uber do ônibus, possam efetivamente acontecer no estado de São Paulo. Nós acreditamos que a liberdade de escolha sempre deve prevalecer.

Apenas isso, Sr. Presidente. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Teonilio Barba. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Fará uso da palavra? Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Aleps e pelas redes sociais. No último sábado, dia 24 de outubro, estive na zona leste da capital acompanhando uma situação extremamente triste, preocupante que acontece em todo o estado de São Paulo com os nossos policiais.

Acompanhei a mudança de um policial militar e da sua família, expulso de sua casa pelo crime organizado, no bairro onde ele estava residindo. Ele, pela manhã, saiu de casa e recebeu um telefonema apavorado da esposa, da sogra. Os criminosos foram até o portão da casa dele e falaram para a sogra que o crime queria a cabeça do genro dela na bandeja, e não passaria da noite de sábado.

A família, desesperada, ligou para o policial, que retornou para casa e ligou 190. Viaturas foram para o local. Tivemos que fazer a mudança do policial no mesmo dia, no sábado, porque a família fica extremamente desesperada. E o policial, por consequência, teme não só pela vida dele.

Ele até que tem uma arma na cintura e foi treinado para se defender, mas e a preocupação com a família, que permanece em casa quando ele vai para o quartel, quando vai para o bico? Porque pouco fica em casa, porque tem que complementar a renda, porque ganha um salário de miséria.

Somente este ano, no estado de São Paulo, já foram registradas mais de 140 ameaças pelo crime organizado a policiais militares. O nosso desespero maior é que a Polícia tem um chefe, o governador João Dória, e parece que não conhece. Na verdade, conhece, mas, de maneira dólida, finge que não sabe dos problemas e das dificuldades dos policiais militares, dos policiais civis, dos técnico-científicos e dos policiais penais.

Ele finge que não sabe, como fingiu na entrevista dada na Jovem Pan, falando que a Polícia Civil é altamente treinada, tem equipamento de última geração, que as instalações estão em ótimas condições. Mentiu. Mentiu para o povo, mentiu para os jornalistas, mentiu para os policiais. E isso é preocupante, porque, quando um governante não conhece a verdade, a realidade do que acontece nas ruas, a nossa missão é ir até ele e esclarecê-lo da verdade de tudo o que está acontecendo, para ele adotar as providências.

Mas o preocupante, repito, é que ele sabe, porque nós levamos ao conhecimento do governo. Nós trazemos ao conhecimento dos parlamentares desta Casa os mais de 90 policiais militares mortos, entre execuções, vítimas de coronavírus, acidentes de trânsito e daí por diante, mas ele finge que nada está acontecendo. Dá uma entrevista, e São Paulo está as mil maravilhas.

O que fazer com um desgovernador como esse, que não conhece a realidade do policial? Nunca esteve dentro de um quartel, dentro de uma delegacia. Como aconteceu, na semana passada, semana retrasada, o aniversário de 50 anos da Rota. A festa, na verdade, foi para o povo de São Paulo. O Batalhão inteiro se reuniu e fez uma operação com mais de 50 viaturas.

Aí eu pergunto: o governador já esteve no quartel da Rota, nos quartéis da Polícia Militar, nas delegacias do estado de São Paulo? Porque todos esses estabelecimentos, todas essas instalações estão caindo aos pedaços. Não, nunca esteve.

É triste dizer, mas, para concluir, Sr. Presidente, a Polícia do estado de São Paulo está abandonada, está à míngua, bem como o povo, abandonado e ouvindo as mentiras do governador que, através de decreto, logo após a aprovação do 529, aumentou a alíquota de ICMS em cima de produtos inclusive que compõem a cesta básica e de remédios. Enganou a todos novamente, principalmente o povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Pela lista suplementar, deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Carla Morando.